

Balcão de negócios

PARTE DO GOVERNO CONTINUA SONHANDO COM O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO REDIVIVO

Rogério L. Furquim Werneck*
5 maio 2004

O governo vem enfrentando sérias dificuldades para delinear uma estratégia crível de crescimento econômico para o País. Continua nutrindo crença imorredoura na idéia de que o Estado é a grande fonte de riqueza e prosperidade com que conta a sociedade brasileira.

A bem da verdade, essa noção atávica, tão arraigada no PT, não é exclusiva do partido. De certa forma, perpassa todo o espectro partidário e tem raízes profundas na história do País. Mas é em certos segmentos do PT que parece aflorar com especial nitidez. Da Colônia à República, é com o governo que quase sempre foram feitos os melhores negócios. Não é de hoje que boa parte da elite vem sendo formada na crença de que o segredo da prosperidade é estabelecer sólidas relações com o Estado. Vender para o Estado, comprar do Estado, financiar o Estado, ser financiado pelo Estado, apropriar-se de patrimônio do Estado, receber doações do Estado, transferir passivos para o Estado, repassar riscos para Estado e conseguir favores do Estado. A natureza dos favores variou no tempo, mas a lógica permaneceu a mesma. Quem não tinha condições de voar tão alto, com frequência sonhava apenas com se tornar empregado do Estado e, especialmente, aposentado do Estado.

Os efeitos acumulados desse amplo e prolongado processo de pilhagem do Estado são bem conhecidos. Embora os três níveis de governo estejam extraindo da economia cerca de 37% do PIB em tributos em 2004, ainda terão de incorrer em déficit de 3% do PIB para poder arcar com gastos equivalentes a cerca de 40% do PIB. Com uma conta de juros nominais da ordem de 7% do produto agregado, estarão arcando este ano com gastos primários correspondentes a quase um terço do PIB. Uma enormidade, especialmente quando se leva em conta a qualidade do fluxo de serviços efetivamente prestados pelo governo. Gasta-se muito e não há dinheiro para nada. A isso se chegou.

Em meados do ano passado, o governo parecia ter entendido perfeitamente a importância de sustar e reverter a pilhagem do Estado. Havia sinais claros de que compreendera que essa era a única forma de abrir espaço nos orçamentos dos três níveis de governo, para levar adiante programas de dispêndio capazes de beneficiar as parcelas efetivamente desfavorecidas da população. Os “credores de baixo” de que anda falando Lula. A corajosa reforma previdenciária, aprovada em tão pouco tempo no Congresso, foi a melhor evidência de que o governo percebera que era esse o caminho a seguir. Desde então, contudo, tal evidência tem-se tornado a cada dia mais esmaecida. O esmaecimento se nota nas pequenas e nas grandes pinceladas.

Nos últimos meses, parece ter ganhado força no Planalto a idéia de que quaisquer mazelas que possam trazer desgaste ao governo devem ser combatidas com aspersão de dinheiro público. A se julgar pela experiência recente, o borrifo típico tem sido da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Não é de se admirar que observadores atentos, totalizando gastos, estejam ficando mais pessimistas quanto à política fiscal.

Mais preocupante, contudo, são escolhas que vêm sendo feitas no desenho mais grandioso de políticas que devem condicionar as possibilidades de crescimento da economia nos próximos anos. Se há algo que hoje salta aos olhos, é que só terá possibilidade de sucesso uma estratégia de crescimento que contemple uso extremamente parcimonioso de recursos do Estado. Com o Estado tão depauperado, e já tão grande, não faz qualquer sentido reservar-lhe o centro do palco no “espetáculo do crescimento”. O Estado é e continuará sendo absolutamente insubstituível em muitas funções cruciais, importantes não só para uma retomada duradoura do crescimento como para a construção de uma sociedade mais educada, mais saudável, mais segura, mais justa, mais coesa e mais produtiva. É fundamental, portanto, que não seja sobrecarregado por funções que podem ser perfeitamente desempenhadas pelo setor privado.

O que se vê, no entanto, é que, podendo escolher de amplo leque, que vai de pouca a muita presença do Estado, o governo tem sistematicamente privilegiado soluções que reservam ao Estado o papel central. Não faltam bons exemplos. No setor elétrico, optou-se em última análise pela estatização da expansão. Não haverá investidores privados dispostos a correr os riscos inerentes ao novo modelo, desenhado ao arrepio de princípios econômicos absolutamente elementares. De onde mesmo o Estado vai extrair os vultosos recursos requeridos para os investimentos que se fazem necessários não se sabe. Decidiu-se que as deficiências da infraestrutura serão solucionadas com parcerias público-privadas, as PPPs. Mas o que vai tomando forma são PPPs movidas a crédito estatal e garantias podres, fadadas a ter triste e conhecido desfecho. Novos “esqueletos” e mais dívida pública. Já o BNDES continua ao sabor de visões delirantes. Tendo comprado importante participação acionária na Vale, o banco mostra-se agora interessado na Usiminas. Há poucos dias estava pronto a participar da compra da Embratel. No entretanto, alvoroça-se com projetos que considera de alta prioridade, como o da saída para o Pacífico.

Para grande satisfação de certas alas do governo, o nacional-desenvolvimentismo redivivo parece a cada dia mais próximo. Está sendo aberto novo ciclo de grandes negócios com o Estado. No setor privado, os parceiros de sempre não escondem seu entusiasmo. O PMDB se abanca. Preparem-se.

Mas Lula tem razão. Talvez seja hora de indagar como é mesmo que tudo isso pode beneficiar os “credores de baixo”. O mais provável é que, mais uma vez, só sejam convocados para pagar a conta.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.